

Possibilidades políticas do jornalismo cultural digital na perspectiva da democracia deliberativa

Dora Santos Silva

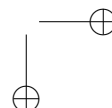
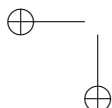
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Portugal

E-mail: dora.santos@netcabo.pt

ACTUALMENTE, é fértil a discussão sobre as possibilidades políticas das novas tecnologias no contexto da democracia deliberativa, dividindo “apocalípticos” e “integrados”. Este artigo centra-se, por sua vez, no papel diferenciador e activo que uma especialidade do jornalismo pode ter em particular – o jornalismo cultural – dada a sua origem ético-política, dimensão que ainda permanece e que pode ser potenciada na era digital.

As notícias são consideradas um elemento vital da democracia. Natalie Fenton (2010: 3) utiliza mesmo o termo “*life-blood*” para caracterizar esse papel. Ao informar o público segundo condições de verdade e imparcialidade, os jornalistas desempenham um serviço público. Embora as notícias sejam construções e, portanto, influenciadas por factores políticos, económicos e sociais que espelham o ambiente em que o jornalista trabalha, a verdade é que estas são ainda o meio privilegiado de comunicar com o público, fornecendo instrumentos para que este possa incorporar essa informação nos seus discursos. As democracias modernas necessitam, segundo Silveirinha (2010: 33), de uma “arena de participação política, onde as ideias, as alternativas, as opiniões e outras formas de discurso traduzam a actividade dos movimentos sociais e da sociedade civil, trazendo à discussão questões que tenham sido até este momento excluídas ou pelo menos marginalizadas”. O jornalismo digital poderá ter, nesse contexto, um papel bem mais activo do que o do jornalismo tradicional.

No que respeita, então, às novas tecnologias, o debate centra-se em torno do seu papel: podem os novos *media* revitalizar a esfera pública ou, pelo contrário, contribuem apenas para acentuar a vertente económica e não democrática dos *media*? Este artigo centra-se, porém, numa especialidade do jornalismo, o cultural, cuja dimensão ético-política esteve intimamente relacionada com a sua origem, tentando responder a uma questão: dada a sua dimensão



ético-política, terá o jornalismo cultural na era digital condições para a revitalização do espaço público, tendo como referência o modelo da democracia deliberativa?

Não se pretende tomar nenhuma posição radical, totalmente a favor daqueles que defendem fervorosamente o papel democrático dos novos *media* ou, por outro lado, a favor dos que responsabilizam as novas tecnologias pelo cenário negro da sociedade. Assume-se aqui a posição tomada por João Pissarra Esteves (2007: 34) que vê como irrealistas ambas as perspectivas referidas, “ao definirem cada uma delas de forma peremptória uma certa relação com a democracia: uma, a Internet como um instrumento democrático altamente idealizado, e a outra, na perspectiva contrária, as novas tecnologias como uma espécie de força demoníaca, capaz de destruir a cultura democrática”.

Pretende-se, assim, explorar neste artigo as possibilidades políticas e sociais do jornalismo cultural digital, equacionando de que forma este poderá contribuir para a democracia actual, na perspectiva deliberativa.

Democracia deliberativa

O termo “democracia deliberativa” foi cunhado por Joseph Bessette, em 1980, e adquirindo força com vários teóricos defensores do conceito, nomeadamente Joshua Cohen, John Rawls, James Bohman e, claro, Jürgen Habermas¹. É, aliás, nos anos de 1990 que a democracia deliberativa começa a ocupar de forma preponderante a teoria política, marcando decisivamente o pensamento democrático a partir do início do século XXI. Jürgen Habermas, referência teórica neste domínio, afirma que o ideal da democracia deliberativa procura precisamente adaptar as instituições políticas “às sociedades complexas, descentralizadas, pluralistas, multiculturais, que as formas tradicionais, dominantes, de representação política tendem a trair” (Ferreira, 2010: 56).

A democracia deliberativa surge como uma alternativa às concepções liberal e republicana da democracia. A sua característica fundamental é a legitimidade pública das decisões políticas, isto é, a participação e deliberação

1. John Dryzek afirma, contudo, que a ideia de deliberação já tem antecedentes na Antiguidade Clássica, no século XIX com Edmund Burke e Stuart Mill e no século XX com John Dewey.

dos cidadãos, numa discussão aberta a todos, no contexto de uma esfera pública, assumem-se como elementos centrais. Este modelo tem o seu elemento central de funcionamento num espaço público politicamente activo” (Esteves, 2007: 34).

A discussão pública assume-se como mecanismo de produção e legitimação das decisões políticas. Desta forma, a participação do cidadão vai além do mero voto no processo eleitoral, característico da teoria liberal da democracia, envolvendo-se no processo contínuo de discussão pública, através da troca de argumentos. A legitimidade de uma decisão baseia-se na ética discursiva, no debate, na troca de opiniões e não no voto. Isso implica que os cidadãos estejam informados e que participem activamente na vida pública.

Como se pode verificar, a democracia deliberativa tem grandes diferenças em relação às suas antecessoras (Silveirinha, 2005: 6). Num modelo de democracia liberal, por exemplo, os membros de uma sociedade são governados pela vontade de uma maioria, que tem por base uma deliberação de um público informado sobre os interesses e alternativas disponíveis. Aos meios de comunicação social cabe esse papel de facilitar o acesso à informação para que o cidadão, devidamente informado, possa exercer o seu sentido de voto, a quem não se pede mais nada a não ser escolher periodicamente o seu representante.

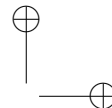
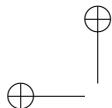
Ao contrário deste modelo, a democracia deliberativa coloca a tónica no papel do cidadão como actor político, além do exercício do sentido de voto. Para se constituir como actor político, o cidadão precisa de ser racional e estar informado, dado que a sua influência se estende ao debate público sobre questões políticas. A base normativa reside na deliberação que inclui o diálogo político. As decisões políticas são baseadas na troca de razões e argumentos, um processo em que todos os cidadãos participam, indo além dos seus interesses pessoais. Desta forma, a legitimidade assenta no consenso democrático e a deliberação, neste sentido, reivindica a sua natureza verdadeiramente democrática porque exige princípios essenciais desta doutrina, como a igualdade política de todos os participantes e a sensibilidade ao ideário público, sustentando em formas de razão pública a sua autoridade e legitimidade (Ferreira, 2010: 57).

Um dos problemas da democracia deliberativa que mais saltam à vista é, naturalmente, o espaço onde os cidadãos poderão participar activamente através da discussão e troca de argumentos. Outro grande problema prende-se com a motivação pessoal do cidadão para se empenhar de modo activo e

sistemático na discussão e deliberação políticas. O cidadão pode não dispor dessa vontade ou dos meios e oportunidades para participar ou ainda não ter acesso aos recursos comunicativos disponíveis aos outros. A estas juntam-se dificuldades de ordem cognitiva relacionadas com a informação e o conhecimento, como a incapacidade de formular uma crítica ou de compreender os outros. É irrealista supor que os cidadãos estejam inteiramente preparados para a deliberação e prontos para racionalmente expor as suas necessidades e argumentos.

A democracia deliberativa coloca, assim, grandes exigências quer aos cidadãos quer às instituições políticas. Por essa razão, os críticos desta teoria argumentam que é um ideal, logo pouco passível de passar à prática em qualquer circunstância. James Bohman (1996) tenta, precisamente, contrariar estes críticos, pensando como é que a deliberação poderá ocorrer em condições sociais reais. Ao contrário de outros teóricos da democracia deliberativa (comunitaristas ou associativistas) que, respectivamente, exigem em demasia dos cidadãos, ao colocarem a política como o valor mais alto, e das associações civis que são, segundo Bohman, insuficientes face à complexidade das sociedades contemporâneas, o autor propõe uma concepção dialógica. A deliberação pública é, antes de mais, um “processo dialógico de troca com o objectivo de solucionar situações problemáticas que não podem ser estabelecidas sem coordenação e cooperação interpessoal” (1996: 27).

As principais dificuldades ao exercício da democracia deliberativa são, segundo Bohman, o pluralismo cultural, que dificulta uma razão pública singular e um desejo comum; as diferenças sociais, que poderão levar à exclusão da participação efectiva; a complexidade social, que exige a necessidade de deliberar em variadas instituições; por fim, o próprio *bias* de algumas comunidades, que poderão restringir a comunicação pública. Superar estas dificuldades exige ir para além das teorias estabelecidas. O sucesso da democracia deliberativa está, por isso, dependente da criação de condições sociais e institucionais que fomentem o uso público da razão. Trata-se, antes de mais, de um processo dialógico, que ocorre quer no âmbito do público quer no âmbito das instituições. A deliberação será pública se essas condições institucionais permitirem um diálogo aberto e livre entre os cidadãos, que farão juízos racionais e informado para resolver problemas. A deliberação pública será primeiramente uma actividade social colectiva, dinâmica, levada a cabo por um sujeito plural. Haverá sempre um diálogo contínuo entre a deliberação pública



e as instituições que organizam essa deliberação. Sem esse diálogo, a democracia perde a capacidade gerar poder político legítimo: em primeiro lugar, quando a opinião pública não é organizada institucionalmente, não tem eficácia porque não se torna efectiva; em segundo, quando as instituições não têm nenhum controlo público, tornam-se dependentes de formas de poder anti-democráticas (Bohman, 1996: 239). A intercompreensão entre as instituições e os seus públicos é tão importante quanto a qualidade do debate público porque permite a inovação na democracia e torna as instituições que o organizam mais responsáveis e efectivas.

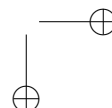
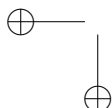
O pluralismo cultural, a complexidade social e as crescentes desigualdades são grandes desafios para a democracia deliberativa, que só podem ser ultrapassados com novos fóruns e instituições que organizem o debate público, através dos quais os cidadãos possam deliberar juntos e fazer uso público da razão de novas formas.

Os *media* digitais e a democracia: apocalípticos e integrados²

Em *A Mudança Estrutural da Esfera Pública* (1982), Habermas definia a existência de um espaço público, de carácter informal, acessível a todos os cidadãos que poderiam participar, desde que dotados de razão e motivados pela força do melhor argumento e onde todos os temas eram susceptíveis de discussão (Correia, 2003: 1). Esta abordagem da esfera pública como uma instância da vida social que implica o exercício público da racionalidade em torno de questões de interesse colectivo é a mais consagrada. É neste âmbito que nos podemos perguntar se os *media* digitais podem ser considerados uma esfera pública contribuindo para o aprofundamento da democracia deliberativa.

Há, naturalmente, uma relação histórica entre jornalismo e democracia. Actualmente, nas sociedades complexas e pluralistas, os meios de comunicação são as principais fontes de comunicação dos cidadãos e é através deles que acompanham o debate político (transferido da praça pública, do parlamento, dos cafés e salões para a esfera mediática). Os jornalistas têm o dever de informar os cidadãos com verdade, rigor, imparcialidade e transparência,

2. “Apocalípticos” e “Integrados” foram termos usados por Umberto Eco no livro “Apocalípticos e Integrados” para descrever as posições face à industrialização da cultura.



perseguindo o bem comum. Têm também o dever de agir como “*watchdogs*”, vigiando o poder e denunciando abusos de qualquer ordem. No entanto, isso nem sempre corre deste modo: o jornalismo está cada vez mais submetido às audiências e à lógica do mercado, diminuindo a crítica e consequentemente o espaço para a formação de uma verdadeira opinião pública.

Numa posição apocalíptica, vários autores identificam problemas que os levam a duvidar do papel benéfico dos *media* no contexto da deliberação pública: a baixa qualidade da informação política, parcialidade na cobertura de jogos e interesses, porque atendem a determinados grupos; privilégio a fontes de informação específicas e pouca visibilidade às perspectivas da sociedade civil. João Carlos Correia (2006) identifica outros motivos: em primeiro lugar, a subordinação dos *media* aos instrumentos reguladores do poder e do dinheiro; em segundo, a subordinação dos *media* a uma racionalidade económica, que promove a instantaneidade em vez da reflexão e da contextualização; e a subordinação destes ao agendamento, o que faz com que a opinião pública se forme em torno de uma selecção prévia dos temas para discussão pública.

Dominique Wolton vai mais longe e apela à necessidade urgente de instalar mecanismos de controlo da informação que circula nas redes. Para o autor, os perigos da delinquência informacional na Internet, desde os atentados aos direitos de autor, às liberdades fundamentais, à vida privada e à confidencialidade de dados crescem a um ritmo acelerado, sem que a sociedade tenha qualquer capacidade de controlo político e democrático (1999: 100). Nesse sentido, o autor vê a Internet como uma ameaça à democracia, admitindo que “do ponto de vista da liberdade e da democracia, o acesso directo à informação, tanto ao fornecimento, como à utilização, sem controlo e sem intermediário, não constitui um progresso para a democracia, mas pelo contrário uma regressão e uma forma de ameaça”.

Os teóricos de uma perspectiva integrada vêem, por sua vez, os *media* como um elemento fundamental para concretizar os espaços de discussão pública, auxiliar o público a obter informação, possibilitando a contextualização dos factos, o acesso a opiniões divergentes, a avaliação de argumentos e, em última instância, a promoção da própria participação no debate público. Os cidadãos constroem significados e partilham temas com base na “conversação” iniciada pelos *media*.

Os meios de comunicação social, mesmo subordinados à economia e ao poder, são os primeiros responsáveis pela visibilidade da pluralidade de vi-

sões do mundo. Os integrados mais radicais concebem os *media* digitais, mais propriamente a Internet, como um local onde os participantes participam livremente e de forma igual, sem a interferência do Estado e sem fronteiras físicas, a uma escala global.

Sem querer adoptar uma visão radical, recupero de forma breve um texto de John B. Thompson, intitulado “A Nova Visibilidade” que, embora tenha sido criado noutra contexto, dá um contributo importante para compreender a relação dos novos *media* com a democracia.

A visibilidade mediada³ tem, segundo Thompson, repercussões especialmente profundas no poder político e na sua relação com os cidadãos.

Antes do aparecimento dos *media*, a visibilidade dos líderes políticos dependia da sua presença física, num contexto de co-presença, geralmente restrita à elite. Com o desenvolvimento da imprensa e de outros *media*, os líderes políticos ganharam um tipo de visibilidade desvinculada da sua aparição. O nascimento da Internet e de outras tecnologias digitais amplificou a importância das novas formas de visibilidade criadas pelos *media*. Nesse contexto, ao mesmo tempo que a visibilidade mediada criou novas oportunidades para os políticos, estes também se vêem expostos a novos perigos, pois é cada vez mais difícil controlar a visibilidade possibilitada pelos *media*. O escândalo político é o exemplo mais flagrante, aponta Thompson (2008: 29-31), denunciando casos de corrupção, comportamento amorais e embaraçosos dos políticos, acabando mesmo, em alguns casos, com as suas carreiras. O jornalismo investigativo assumiu-se, desde o escândalo do Watergate, como o espelho da democracia. É impossível a qualquer partido político controlar totalmente as palavras e imagens que circulam no espaço público. Hoje, “o domínio público por si só transformou-se num espaço complexo de fluxo de informação no qual palavras, imagens e conteúdos simbólicos disputam atenção à medida que indivíduos e organizações procuram ser vistos e ouvidos” (2008: 37). A visibilidade mediada tornou-se, assim, “o fundamento pelo qual as lutas sociais e políticas são articuladas e se desenrolam” (idem).

3. Thompson distingue três formas de interacção: a face-a-face (forma tradicional de interacção), a mediada (comunicação dialógica através de um telefone, um e-mail ou uma carta) e a quase-interacção (isto é, os indivíduos apenas recebem a informação mediada pelos livros e pelos *media*, não tendo hipótese de interagir e, por outro lado, os conteúdos desses *media* destinam-se a um número indefinido de pessoas e não apenas a um receptor específico).

Possibilidades sociais e políticas do jornalismo cultural digital no contexto da democracia deliberativa: sete hipóteses

Definir jornalismo cultural poderá constituir uma tarefa árdua dadas as concepções não consensuais existentes, em parte suportadas pela própria complexidade do termo “cultura” e pela carência de estudos teóricos sobre esta especialização.

A definição de jornalismo cultural foi evoluindo paralelamente à de cultura, ajustando-se às suas duas concepções básicas: a “ilustrada” (que se restringia ao campo das belas-artes) e a antropológica, desenvolvida por E. B. Taylor, Richard Williams e outros estudiosos dos *Cultural Studies*. Como Rivera salienta, a primeira concepção tendeu a privilegiar meios específicos e selectivos, enquanto a segunda se infiltrou nos *media* em geral “de certa forma, como acontece hoje – através de suplementos, revistas, fascículos coleccionáveis, etc. – com uma variedade de ofertas culturais antes confinadas aos órgãos do primeiro tipo ou não reconhecidas de todo por eles” (Rivera, 2003: 16).

Contribui para esta complexidade e heterogeneidade a coexistência de textos jornalísticos e exclusivamente literários ou ensaísticos nas páginas culturais – tradição que levou ao aparecimento do jornalismo literário⁴ –, a vasta gama de publicações onde “existe” jornalismo cultural, desde o suplemento de um diário a uma revista académica, e, por fim, as diferentes perspectivas de cultura que os *media* praticam (elite vs. massa, cultural especializada vs. cultural popular, tradição vs. modernidade, etc.).

O que diferencia a actividade do jornalismo cultural? Para J. S. Faro, esta “não pode ser vista apenas como uma operação que reitera os valores e os signos da cultura de massa, meramente voltada para o entretenimento, mas deve ser vista também como um espaço público de reflexão e análise de questões que a produção intelectual (artística ou académica) suscita no conjunto da sociedade” (Faro, 2007: 1). Este autor define o jornalismo cultural como “a produção noticiosa e analítica referente a eventos de natureza artística e editorial pautados por secções, suplementos e revistas especializadas nessa área” (2007: 1).

4. Assumimos o jornalismo literário como parte integrante do jornalismo cultural.

O mesmo autor identifica duas vertentes do jornalismo cultural: este constitui-se “num território de práticas jornalísticas que tanto reiteram signos, valores e procedimentos da cultura de massa quanto discursos que revelam tensões contra-hegemônicas⁵ características de conjunturas históricas específicas” (2007: 1). Por isso, o jornalismo cultural deve ser visto como um “canal de expressão pública da produção intelectual” (2004: 4), porque além da cobertura noticiosa das actividades artísticas editoriais, tem uma forte presença autoral, opinativa e analítico-conceptual, incluindo vozes exteriores ao universo do trabalho dos profissionais de imprensa. É, portanto, um terreno híbrido que veicula quer produtos culturais submetidos à lógica do mercado quer aqueles que escapam ao entretenimento, constituindo-se em elementos de natureza reflexiva e crítica. Há, portanto, uma dimensão ético-política, reflexiva, presente no jornalismo cultural, desde a sua origem.

O jornalismo cultural digital tem, assim, condições especiais para o desenvolvimento de um espaço público e, conseqüentemente, de uma democracia vibrante. Algumas possibilidades sociais e políticas enumeradas adiante são comuns ao jornalismo em geral, enquanto outras são particularmente flagrantes no jornalismo cultural.

1 – O jornalismo cultural tem uma origem ético-política

A esfera pública provém, segundo Habermas, da esfera literária (Faro, 2009: 55). Esta dimensão ético-política parece estar presente na origem e fundação do próprio jornalismo cultural, que, segundo Faro, ainda se mantém, superando a função meramente económica da cultura.

A literatura e o jornalismo cultural foram, assim, os responsáveis pelo nascimento da esfera pública, que foi sendo corroída com o processo de comercialização da imprensa e por um entrelaçamento progressivo dos domínios público e privado (Silveirinha, 2010: 35). Os espaços públicos de debate que têm como centro os meios de comunicação vão perdendo cada vez mais a sua capacidade crítica, sendo a esfera política subordinada às relações de poder dirigidas pelo Estado. As conseqüências são, entre outras, a crescente co-

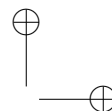
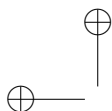
5. J. S. Faro utiliza o conceito de contra-hegemonia na sua acepção gramsciana, referindo-se ao complexo de valores de natureza ético-política formulados em oposição àqueles decorrentes da cultura de massas. Diferencia-os a ocorrência de uma análise crítico-reflexiva presente nos primeiros e baixíssima nos segundos.

mercantilização da cultura, a colonização das instituições da esfera pública por interesses financeiros e estratégicos e uma cultura apolítica. Para superar esta crise de legitimidade resultante desta crise é necessário, segundo Habermas, revitalizar a esfera política, criando oportunidades para os cidadãos tomarem parte na “interacção comunicativa”. Esse processo de revitalização pode ser tomado em parte por um jornalismo cultural que potencie, através das novas tecnologias, essa interacção comunicativa.

O jornalismo cultural tem, assim, legitimidade histórica para se assumir como espaço público de produção intelectual e reflexão sobre as questões que a produção intelectual, incluindo a política, suscita na sociedade.

2 – O jornalismo cultural tem uma tradição autoral e de crítica

Ao contrário do jornalismo em geral, o jornalismo cultural tem uma grande presença autoral e crítica. Esta faz parte da sua condição histórica. Dito isto, é possível combater a sua subordinação à agenda e às indústrias culturais, revitalizando a sua posição como esfera pública de informação e reflexão. Grande parte do jornalismo cultural é produzida por intelectuais que se lançam à esfera pública do debate de ideias. Historicamente, a crítica literária foi matéria de reflexão política e essa tendência esteve presente em grande parte do século XIX quando a estética literária se confundia com as novas doutrinas. O jornalismo literário foi o canal de expressão de novas posturas políticas e um espaço de representação de vanguardas e elites intelectuais. O jornalismo cultural desenvolveu-se paralelamente à complexidade urbana e trouxe consigo a marca da crítica, inicialmente literária, e depois extensiva às demais manifestações da arte e do pensamento, e às implicações políticas da sua produção (Piza, 2003: 12). Essa relação entre a crítica literária e a reflexão política transformou o jornalismo cultural em segmento de reflexão pública, muito presente nas publicações europeias, sul-americanas e portuguesas até à primeira década do século XX, “daí o sentido de ‘missão’, de ‘militância pensante’ que a crítica adquire na imprensa, espaço em que a discussão em torno de questões de natureza estético-expressiva transborda para considerações de natureza ético-política” (Faro, 2007: 11).



3 – O jornalismo cultural tem uma dimensão performativa

É histórica também a dimensão performativa do jornalismo cultural, isto é, a sua capacidade de levar à acção. Uma boa crítica a um livro pode conduzir o leitor à acção de comprar o livro; uma notícia sobre uma peça de teatro pode gerar espectadores. Da mesma forma, a abordagem cultural de um qualquer assunto político poderá levar os leitores à acção ou a participar no respectivo debate.

4 – O jornalista cultural age como mediador democrático

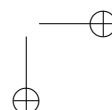
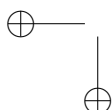
O jornalismo cultural “nasceu com a função de mediar o conhecimento e aproximá-lo do maior número de pessoas” (2007: 5); o objectivo passava por permitir o acesso das massas à arte, à literatura e à filosofia, campos até aí exclusivos da elite. Ora, essa função ainda hoje é conseguida: o jornalista torna acessível ao público em geral obras, pensamentos e bens, que, de outra forma, dificilmente seriam mediatizados.⁶ Fá-lo através de uma linguagem simples e acessível – e essa foi uma função social de génese –, permitindo que diversos públicos com diferentes níveis de conhecimento possam participar no debate público.

Por outro lado, a multiplicidade de conteúdos nem sempre significa diversidade de conteúdos. O jornalista em geral tem precisamente a função de curador, agindo como editor das informações, distinguindo factos de boatos, contextualizando-os e interpretando-os. Ao facilitar o acesso à informação a este nível, o jornalista está, naturalmente, a desempenhar um papel democrático.

5 – As publicações culturais de nicho captam as “políticas de identidade”

Maria João Silveirinha lança uma questão fundamental relacionada com as possibilidades políticas dos *media* de nicho. Diz a investigadora que “o desafio da teoria e prática das democracias contemporâneas é, assim, por um lado, reconhecer que os indivíduos são posicionados de formas múltiplas, em termos de marcadores identitários como a raça, o género, a idade, ou a cultura

6. Embora não existam dúvidas quanto a esta função do jornalista, é também claro que os especialistas não-jornalistas e os cidadãos mediatizam os temas culturais através de sites e blogues.



e, por outro, desenvolver formas de lidar com os processos de exclusão gerados pela concentração de poder e pela impossibilidade de acesso a formas de participação na vida colectiva que tenha justamente em conta essas diferenças” (2005: 2) – são as chamadas políticas de identidade, associadas a formas identitárias minoritárias. Nesse sentido, as democracias enfrentam desafios para garantir a representação e participação das minorias.

O jornalismo cultural está historicamente ligado às minorias e às subculturas. As novas tecnologias permitem o desenvolvimento de publicações de nicho sem os custos inerentes à distribuição. Desta forma, os media culturais podem atingir minorias e dar-lhes voz.

6 – O jornalismo cultural tende a alargar o seu campo de actuação

O advento das indústrias culturais e criativas alargou os temas de actuação do jornalismo cultural. Se, antes, tratar de cultura era discutir somente literatura, teatro, artes plásticas e música erudita, hoje, novas linguagens e campos estéticos foram colocados no alinhamento editorial dos jornais e revistas. Começou por ser o cinema, depois a música popular. Seguiram-se a gastronomia, a televisão e a moda; actualmente, qualquer edição inclui o design e a arquitectura. Há uma mudança na própria definição de cultura utilizada no jornalismo, mais próxima da vertente antropológica e afastada da concepção aristocrática. No entanto, é preciso fazer mais do que isso: temas políticos como a educação, reflexões sobre questões políticas a partir de uma abordagem cultural devem voltar a integrar a agenda deste tipo de jornalismo para que este possa explorar a sua capacidade de mediação democrática e de espaço público. As condições já existem.

7 – O jornalismo cultural digital tem verdadeiras possibilidades de revitalizar a sua dimensão ético-política

As novas tecnologias propiciam condições únicas para que o jornalismo cultural e os *media* em geral intervenham no ideal de promoção da deliberação pública. Em primeiro lugar, as novas tecnologias permitem um grande armazenamento e disponibilização de informação. O jornalismo de base de dados é uma especialidade que está a crescer de forma a tratar e a editar essa informação, permitindo aos leitores não só aceder mais facilmente a essa informa-

ção, mas também a possibilidade de compreender e assimilar essa informação, transformando-a em conhecimento e integrando-a nos seus discursos.

Em segundo lugar, o jornalismo cultural e os *media* em geral podem aproveitar as fontes que as novas tecnologias possibilitam, como os bloggers especializados, as associações civis, os twitters e os posts no facebook, para alargar o debate público, darem visibilidade à opinião do cidadão anónimo e às opiniões divergentes de especialistas, académicos e cidadãos comuns, alargando desta forma as redes de interacção social.

Por outro lado, se muitos dos temas eram lançados para debate público segundo valores-notícia de visibilidade ou ligados às audiências, a ausência de constrangimentos de espaço levam os *media* a alargar não só o debate público, como a lançar mais temas para a arena, utilizando as possibilidades interactivas para envolver o público: comentários, fóruns, debates em directo, conteúdos específicos para o facebook ou para o twitter, etc.

Por último, as novas tecnologias potenciaram também o aparecimento do jornalismo por camadas que, através da remissão de *links* e conjugação de elementos multimédia, desenvolvem os artigos com vários níveis de profundidade, constituindo uma forma democrática de chegar a todos os cidadãos que podem explorar esses elementos conforme as suas necessidades. Em suma, os jornalistas actuam como defensores do interesse público, informando os cidadãos, revelando fraudes, submetendo medidas ao escrutínio público, promovendo o debate e controlando o poder político. A era digital fornece, nesse contexto, instrumentos ímpares. Tal como qualquer outra área do jornalismo, o cultural tem todas as condições para explorar essas tecnologias e utilizá-las para potenciar o seu valor democrático.

Conclusão

É histórica a relação entre o jornalismo e a democracia. No entanto, no modelo de democracia deliberativa, a responsabilidade do cidadão vai além do seu exercício de voto, tornando-se ele próprio um actor político que precisa de ser racional e estar informado, dado que a sua influência se estende ao debate público sobre questões políticas. Neste contexto, saltam à vista problemas óbvios relacionados com os ambientes que poderão proporcionar essa discussão pública e com a preparação dos próprios cidadãos para esse debate.

O jornalismo em geral e o jornalismo cultural, em particular, podem dar contributos para ultrapassar esses problemas. Dada a sua origem ético-política, o jornalismo cultural digital poderá aproveitar essa condição histórica de espaço público de reflexão e produção intelectual, a par das possibilidades das novas tecnologias, não só para revitalizar a esfera pública contemporânea como também para alargar as redes de interacção social e as possibilidades de participação de todos os cidadãos.

Bibliografia

- BOHMAN, James, *Public Deliberation: Pluralism, Complexity, and Democracy*, Massachusetts, MIT, 1996.
- CORREIA, João Carlos, *Novos media e esfera pública: as profecias cyber-democráticas no contexto da democracia deliberativa*, 2006, disponível em http://www.bocc.ubi.pt/_esp/autor.php?codautor=12, consultado a 25 de Fevereiro de 2011.
- CORREIA, João Carlos, *Comunicação e deliberação democrática: algumas reflexões*, 2003, disponível em http://www.bocc.ubi.pt/_esp/autor.php?codautor=12, consultado a 25 de Fevereiro de 2011.
- ESTEVES, João Pissarra, *Novos Media e Deliberação: Sobre Redes, Tecnologia, e Informação e Comunicação*, IC - Revista Científica de Información y Comunicación, 7, pp. 171-191, 2010.
- ESTEVES, João Pissarra, *Internet e Democracia: Estado e Sociedade Civil perante os novos desafios da comunicação política*, Media & Jornalismo (10), pp. 33-42, 2007.
- FARO, José S., *Dimensão e prática do jornalismo cultural*, Revista Fronteiras – Estudos Mediáticos, 11(1), pp. 54-62, Janeiro/Abril, 2009.
- FARO, José S., *Jornalismo cultural: espaço público da produção intelectual*, 2007, disponível em <http://www.jsfaro.pro.br/umesp.html>, consultado a 14 de Fevereiro de 2011.
- FENTON, Natalie, *New Media, Old News: Journalism and Democracy in the Digital Age*, London, Sage Publications, 2010.

- FERREIRA, Gil Baptista, *Democracia deliberativa*, Conceitos de Comunicação Política, pp. 55-66, Covilhã, Labcom Ubi, 2010.
- GILLMOR, Dan, *Mediactive*, 2010, E-book disponível em <http://mediactive.com/book/table-of-contents-2/>, consultado a 20 de Fevereiro de 2011.
- MARQUES, Paulo; MIOLA, Edna, *Deliberação mediada: uma tipologia das funções dos media para a formação do debate público*, Estudos em Comunicação n.º 7 – volume 1, 1-28, 2010.
- MELO, Isabelle Anchieta, *Jornalismo cultural: por uma formação que produza o encontro da clareza do jornalismo com a densidade e a complexidade da cultural*, 2007, disponível em <http://isabelleanchieta.blogspot.com/2007/12/jornalismo-cultural-por-uma-formao-que.html>, consultado a 20 de Fevereiro de 2011.
- PAVLIK, John V., *Trends in New Media and Journalism*, 2002, disponível em <http://comminfo.rutgers.edu/jri/John/research/>, consultado a 20 de Fevereiro de 2011.
- PIZA, Daniel, *Jornalismo Cultural*, São Paulo, Editora Contexto, 2003.
- RIVERA, Jorge B., *El periodismo cultural*, Buenos Aires, Paidós, 2003.
- SILVEIRINHA, Maria João, *Esfera Pública*, Conceitos de Comunicação Política, 33-42, Covilhã, Labcom Ubi, 2010.
- SILVEIRINHA, Maria João, *Democracia deliberativa e reconhecimento: repensar o espaço público*, 2005, disponível em http://www.labcom.ubi.pt/agoranet/06/silveirinha_democraciadeliberativa.pdf, consultado a 20 de Fevereiro de 2010.
- SZÁNTÓ, András et al., *Reporting the Arts II*, Columbia University, National Arts Journalism Program, 2004.
- THOMPSON, John B., *A nova visibilidade*, Tradução de Andrea Limberto, Matrizes, 2 (2008), pp. 15-38, 2008.
- WOLTON, Dominique, *E depois da Internet?*, Algés, Difel, 1999.